

Relatório da CPI da Enel pede extinção do contrato

Documento será analisado hoje pela comissão, com recomendação de indiciamento e auditoria

RAPHAEL ROCHA
raohaeirocha@dabc.com.br

O relatório final da CPI da Enel, realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo, recomendou a intervenção na empresa, realização de auditoria nas contas e a extinção do contrato da companhia com o Estado. Outro pleito da CPI envolve o indiciamento do presidente da Enel São Paulo, Max Xavier Lins, o ex-presidente nacional da empresa Nicola Cotugno e Vincenzo Ruotolo, diretor de operações.

O documento é assinado pela deputada estadual Catia Morando (PSDB), que tem domicílio eleitoral em São Bernardo, e agora passará por apreciação dos integrantes da CPI da Enel, presidida por outro parlamentar do Grande ABC: Thiago Aurichio (PL), de São Caetano.

A CPI da Enel ganhou musculatura a partir dos apagões vistos em São Paulo no início do mês passado — houve bairros da Região Metropolitana com interrupção de fornecimento de energia por mais de três dias, diante de vendaval ocorrido no dia 3 de novembro.

Foram várias convocações de dirigentes da Enel e a renúncia, no meio do curso das investigações, de Nicola Cotugno. Max Xavier foi o último a depor na CPI e admitiu que “lições haviam sido aprendidas com o evento anterior” e que a empresa havia “aberto um canal para que os prefeitos e seus secretários pudessem nos indicar, em tempo real, alguma situação mais crítica”.

Só na região, conforme resposta da Enel a um ofício do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, 556 mil imóveis foram afetados com o apagão do início de novembro. A cidade que contabilizou o maior número de imóveis afetados pela falha no sistema elétrico foi Santo André (238.316), seguida por São Bernardo (124.573), Diadema (76.016), Mauá (55.117), São Caetano (48.695), Ribeirão Pires (9.756) e Rio Grande da Serra (4.148).

A entidade regional também pediu para que o GT (Grupo de Trabalho) do Procon Regional acompanhasse como será o trâmite para ressarcimento dos moradores afetados. “A gente vai acompanhar como será o plano de ressarcimento

PONTOS DO RELATÓRIO

- Decretação imediata da intervenção na empresa concessionária, Enel Distribuição São Paulo, para garantir a prerrogativa do Poder Concedente prevista em lei e demais disposições correlatas, além de proporcionar à população paulista as garantias necessárias para a eficiência e qualidade no fornecimento de energia elétrica.
- Os setores competentes do Ministério Público Estadual e Federal devem realizar as devidas investigações sobre os fatos, especialmente no que diz respeito à responsabilidade civil ou criminal. Recomenda-se também a proposição de indiciamento dos seguintes executivos:
- Max Xavier Lins, na qualidade de presidente da Enel Distribuição São Paulo; Nicola Cotugno, na qualidade de ex-presidente da Enel Brasil; e Vincenzo Ruotolo, diretor de operações de rede Enel.
- Realização de uma auditoria durante o período compreendido pela gestão da empresa Enel Distribuição São Paulo (2018-2023), pelos órgãos competentes.
- Ao final do processo, observando todas as formalidades pertinentes, declarar a caducidade do contrato concedido à empresa Enel Distribuição São Paulo. Nesse sentido, espera-se que o Poder Concedente tome as providências necessárias para atender as expectativas da população paulista.
- Apesar das recomendações presentes no relatório final, nos bastidores surgiram críticas quanto à preservação da Agência Reguladora de Recursos Públicos do Estado de São Paulo (Arseps), agência regulatória paulista. Devido a essas questões, é improvável que o documento seja votado nesta quarta-feira, 13.

Fonte: Blog

Agência: Editora da Abc

através dos Procons e analisar quais outras medidas podem ser tomadas neste caso”, afirmou o presidente do Consórcio, Marcelo Oliveira (PT), à época da resposta da Enel.

SUB-RELATÓRIO

Vice-presidente da CPI da Enel, o deputado estadual Luiz Fernando Teixeira (PT) também apresentou um relatório paralelo acerca dos trabalhos, com itens semelhantes ao relatório oficial.

“Primeiramente quem aprovou a privatização da Eletropaulo, em 1998. Também tem grande culpa a própria Enel, que presta péssimo serviço, a Arseps, que não fiscaliza, e o governo do Estado de São Paulo, que há décadas fecha os olhos para esse modelo de contrato falido”, disse o deputado.



COMISSÃO. Grupo se reúne hoje para avaliar relatório da Enel

“Tenho certeza que essa CPI está cumprindo seu papel em investigar o péssimo serviço da Enel. Esse é o resultado em pri-

vatizar serviços essenciais como energia elétrica e água, como ocorreu agora com a Sabesp.”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 4